



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete do Prefeito

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 17 DE DEZEMBRO DE 2025, EDIÇÃO Nº 995

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

Adelma Cristovam dos Passos
Prefeita Constitucional

SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
Rua Padre José João, 31, Centro, Pitimbu – PB, CEP
58.324-000 Fone/Fax (83) 3299-1016, CNPJ
08.916.785/0001-59

DIÁRIO OFICIAL DE PITIMBU
ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO
Criado pela Lei Municipal nº 106, de 13.12.2002
(Distribuição Gratuita)

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DA PREFEITA

Decreto Municipal Nº 242/2025

LANÇA O IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PITIMBU/PB, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PITIMBU, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 22, § 8º, II, da Constituição do Estado da Paraíba, combinado com o art. 65, XXI, da Lei Orgânica para o Município de Pitimbu – PB, no art. 23, da Lei Complementar Municipal nº 06 de 31 de dezembro de 2021, e

CONSIDERANDO a determinação constitucional estabelecida no inciso III do Art. 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000, em seu Art. 11;

CONSIDERANDO as normas sistemáticas previstas nos artigos 142 à 150 do Código Tributário Nacional - Lei Federal 5.172/66; e

CONSIDERANDO o que determina o art. 23, do Código Tributário Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica lançado o IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU, relativo ao exercício de 2026, que incidirá sobre todos os imóveis localizados na área urbana de PITIMBU/PB, na forma do estabelecido na Lei Complementar Municipal nº 06, tendo como base de cálculo o valor venal do imóvel aplicado por Decreto Municipal.

Art. 2º - Os prazos para quitação do IPTU, serão da seguinte forma:

I - Até 31/03/2026, para pagamento da COTA ÚNICA, com desconto de 20% (vinte por cento) conforme previsto em Lei nº 06/2021.

II - Até 31/03/2026, para pagamento da 1ª (primeira) parcela para os casos cuja opção for à quitação parcelada.

III - Até 30/04/2026, para pagamento da 2ª (segunda) parcela para os casos cuja opção for à quitação parcelada.

IV - Até 29/05/2026, para pagamento da 3ª (terceira) parcela para os casos cuja opção for à quitação parcelada.

V - Até 29/05/2026, para pagamento da COTA ÚNICA, sem desconto esgotados todos os prazos.

Art. 4º - O IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU, será lançado pelo departamento de tributos em nome sob o qual estiver inscrito o imóvel no Cadastro Fiscal Imobiliário Municipal.

§1º - Os boletos serão entregues na sede da Prefeitura, no endereço do contribuinte ou por meio digital, online, conforme escolha do contribuinte, não o isentando do recolhimento os que por algum motivo não tenham recebido o boleto impresso em seu endereço, considerando citados todos por meio do presente Decreto, publicado no site da Prefeitura, encaminhado cópia para a Câmara Municipal.

§2º - Nos termos do art. 164, do CTM, é de responsabilidade do Contribuinte manter o Cadastro Imobiliário atualizado, sendo válidas as notificações e lançamentos realizados pelos meios previstos nesse código e remetidos aos endereços constantes em seu cadastro.

Art. 5º - Fica a Secretaria Municipal de Finanças autorizada a publicar o Edital de Notificação dos Contribuintes na forma usual junto ao Diário Oficial do Município, por afixação na sede do Poder Executivo, no local destinado as publicações oficiais, bem como resumidamente no site da Prefeitura municipal de Pitimbu.



*Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete do Prefeito*

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 17 DE DEZEMBRO DE 2025, EDIÇÃO Nº 995

Parágrafo Único – O Edital conterá relação nominal de todos os contribuintes do Imposto de que trata o presente ato.

Art. 6º- O contribuinte que não concordar com o valor do lançamento do IPTU do exercício de 2026, poderão pedir revisão a até o dia 27 de fevereiro de 2026.

§ 1º- O pedido de revisão, devidamente fundamentado e instruído com a documentação comprobatória das alegações, deverá ser protocolizado na Secretaria da Receita e Planejamento Urbano do município.

§ 2º- Se o pedido de revisão, protocolizado dentro do prazo previsto no caput deste artigo, for parcial ou integralmente procedente, será concedido prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência do contribuinte à decisão, para pagamento da Cota Única com o desconto previsto neste Decreto sem juros e sem multa.

§ 3º- Se o pedido de revisão, protocolizado dentro do prazo previsto no caput deste artigo for considerado improcedente, será concedido prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência do contribuinte à decisão, para pagamento sem desconto e sem multa.

§ 4º- O pedido de revisão protocolizado fora do prazo previsto no caput deste artigo não será objeto de análise, mas a autoridade competente poderá rever o lançamento, de ofício, com base nas informações prestadas pelo contribuinte, sem prejuízo dos acréscimos legais.

Art. 7º - Este Decreto entrará vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Pitimbu-PB, 17 de dezembro de 2025.

ADELMA CRISTOVAM DOS PASSOS
Prefeita Constitucional

----- FIM DA EDIÇÃO -----